

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 736

Data: 06.08.83 Pg.: _____

190

Quem sabe devamos voltar às origens?

O fato de o cacique e deputado Juruna ter conseguido "assumir", por duas horas, o governo do Estado do Rio, "substituindo" o governador Brizola (sumido de seu local de trabalho havia três dias), dá, realmente, muito que pensar. De tal forma o cacique xavante, sentado à mesa do governador, soube dar ordens, "exigir respeito", chamar a atenção de secretários — fazendo valer a autoridade inerente àquele assento —, que acabou por *exercer* de fato, por duas horas, o governo: concedeu audiência a uma comissão de pais e alunos de um colégio estadual; convocou a secretária da Educação — que não compareceu pessoalmente para despachar com o governador *em exercício*, mas mandou um seu representante credenciado para tanto. Aliás, credenciado na opinião da secretária, porquanto o governador *em exercício*, revelando-se cômico de seus *poderes constitucionais*, recusou-se energicamente a despachar com mero representante, e o advertiu, conspicuamente: "O senhor não é secretário. Representante não tem poder,

não resolve nada. Não quero representante de ninguém aqui. Quero é secretário". E sem dúvida essa admoestação governamental produziu resultados imediatos, pois o representante ligou para a secretária da Educação e conseguiu fazer com que ela recebesse a comissão de pais e alunos, em obediência à determinação de Mário Juruna.

O episódio dá o que pensar, como dizíamos, a partir da seguinte reflexão histórica: será que não cometemos um grande erro, há 483 anos, que talvez tenha sido a origem de todos os nossos males, em termos de administração pública? Ou seja, será que não teríamos feito muito melhor em dar aos índios, logo após o descobrimento, o poder de conduzir os destinos de toda a Pindorama? Afinal de contas, todomundo cuida muito melhor daquilo que é seu — e esta terra não era deles há milhares de anos?

Sim, porque não é de hoje que muitos administradores públicos

"caras-pálidas" comportam-se como se a *coisa pública* fosse, em vez de bem de todos, terra de ninguém — nem de si mesmos, nem de seus antepassados e pósteros, dando às vezes a impressão de que não passam, eles sim, de verdadeiros alienígenas, aos quais cabe o mero usufruto da terra alheia.

"Lugar de governador é no Palácio" — eis a simples, óbvia, mas por isso mesmo sábia lição filosófico-topológica dada pelo cacique xavante, tão sábia quanto o famoso *est modus in rebus*. Pois se, de relance, neste preciso momento, tivéssemos a informação de *onde estão* cada um dos governantes deste país, em todos os níveis, com certeza encontraríamos grande parte deles bem distantes de seus locais de trabalho...

É possível, todavia, que a antológica "imaginação criadora" brasileira nos esteja levando a corrigir erros cometidos no passado. Com efeito, certos recentes episódios de "invasão" de tribos indígenas à sede da Funai, em Brasília — no que se des-

velaram alguns aspectos de rivalidades político-tribais —, as quais acabaram determinando a mudança de direção daquele órgão público, dão mostras de que, neste campo, já estamos passando na frente daquelas democracias que bem sabem proteger suas minorias sociais: aqui parece que os índios vão aos poucos recuperando o poder político perdido, pois, de forma inédita no mundo inteiro, já conseguem impor os administradores de sua preferência, no órgão que se destina à sua proteção. E, além da representação congressional que já possuem, e do que já se chama *lobby indígena* — algo absolutamente inédito no mundo, de fato —, começam a experimentar, mesmo que por horas, os assentos governamentais (e nisso demonstrando exemplar eficiência!).

Muito bem. Já que o negócio agora é a nossa "volta às origens", talvez seja oportuno agora, como aqui já o dissemos, começarmos a examinar quais e quantos caciques dispõem nossos caciques no colégio eleitoral presidencial...